



Boletim Mensal
Dívida Pública Estadual
Outubro

2022

— **1** —

Variação e Composição do Estoque da Dívida

— **2** —

Controle Financeiro

— **3** —

Execução Orçamentária e Financeira da Dívida

— **4** —

Valores Compensados – Perdas Arrecadatórias do ICMS –
Leis Complementares nº 192/2022 e 194/2022

Variação e Composição do Estoque da Dívida

	R\$ Milhões				
	Setembro/22	Outubro/22	Participação (%)	Variação (R\$)	Variação (%)
Dívida - Indexador	155.441,91	155.629,80	100%	187,90	0,12%
CAM¹	121.882,25	122.679,62	78,83%	797,37	0,65%
Câmbio	22.543,64	22.029,07	14,15%	-514,57	-2,28%
Taxa Flutuante	9.690,83	9.591,02	6,16%	-99,81	-1,03%
Prefixado	1.325,18	1.330,09	0,85%	4,91	0,37%

1- CAM – Coeficiente de Atualização Monetária relativo ao contrato de financiamento – Lei nº 9.496/97, baseado na Lei Complementar nº 148/2014 e Decreto nº 8.616/2015.

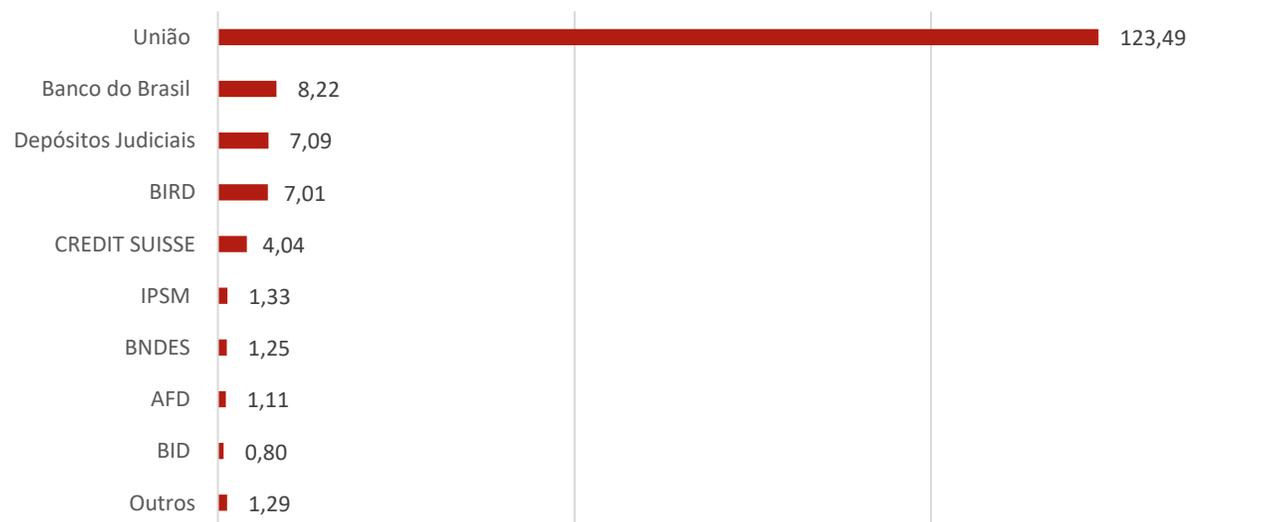
Estoque da Dívida - Out/2022:

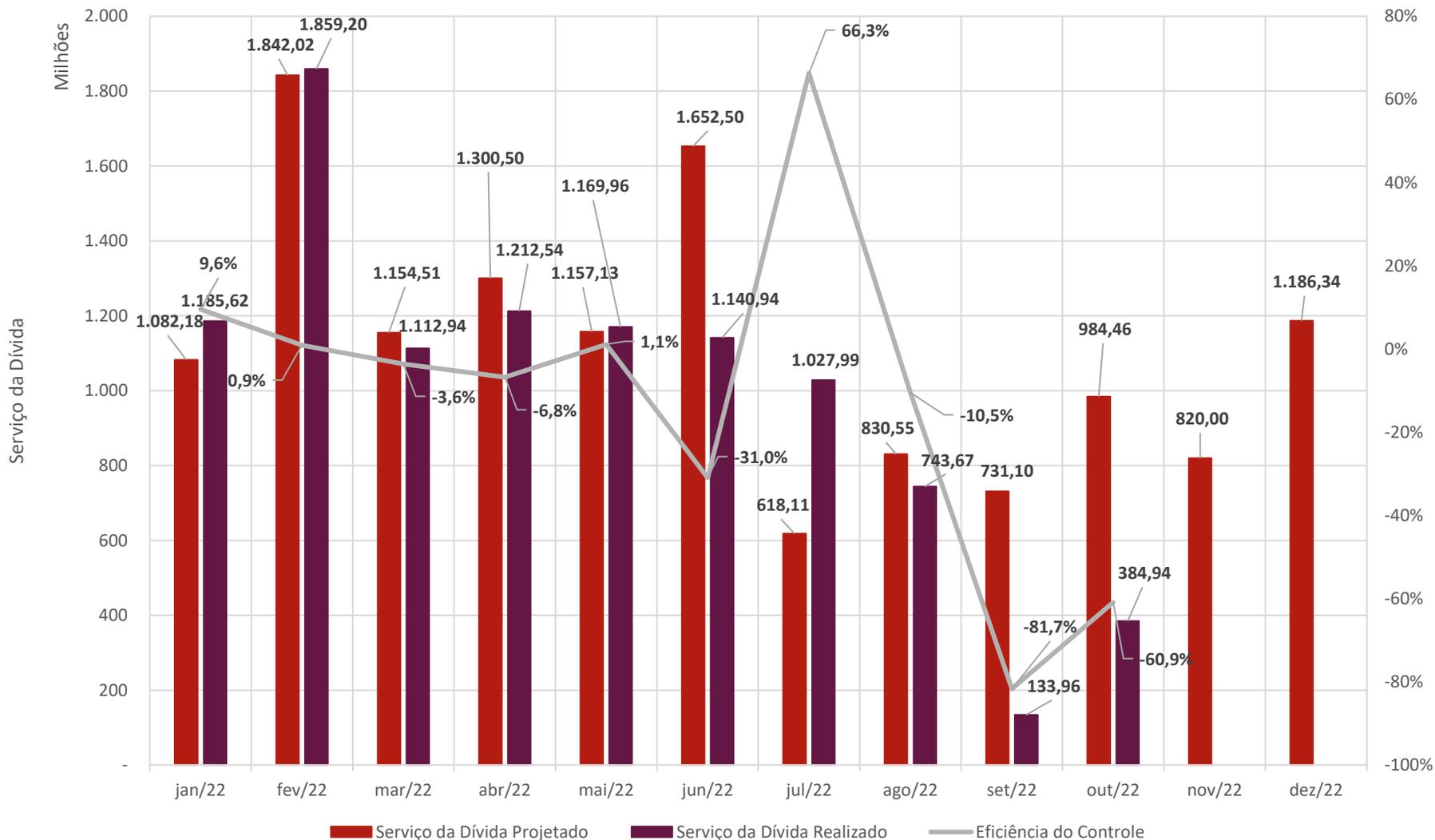
R\$ 155,63 bilhões

Variação do estoque Set 2022/Out 2022 :

- Elevação do Coeficiente de Atualização Monetária; e
- Valorização cambial no período, com o dólar cotado a R\$ 5,40 em Set/22 e a R\$ 5,25 em Out/22 (cotação de fechamento Ptax/Bacen).

Estoque da dívida por credor





Estimativa do serviço da dívida para Out/2022:

R\$ 984,46 milhões

Execução orçamentária e financeira:

R\$ 384,94 milhões

Varição (Projetado X Executado):

↓ 60,9%

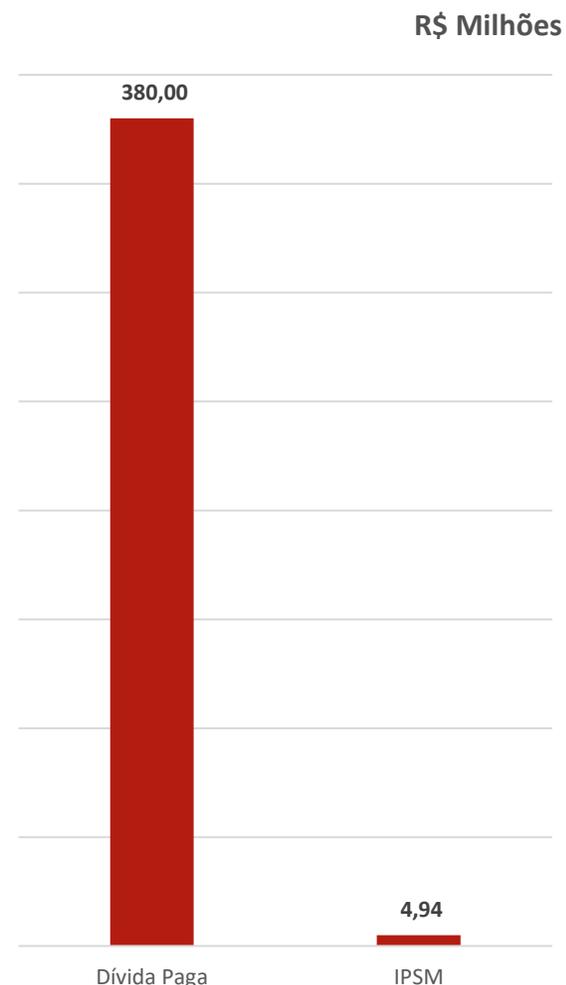
Justificativas:

- execução a maior nos contratos BIRD 7547 e BIRD 8187 referente a amortização e juros em virtude de estimativa a menor da cotação do dólar e encargos de inadimplência (**R\$ 48,2 milhões**);
- compensação dos valores da parcela do contrato de refinanciamento do art. 23 da Lei nº 178/2021 em virtude das perdas arrecadatórias de ICMS pelo Estado, conforme liminar no âmbito da ACO 3594 (**R\$ - 172,35 milhões**); e
- compensação dos valores da parcela do contrato da Lei nº 9.496/97 e do contrato DMLP em virtude das perdas arrecadatórias de ICMS pelo Estado, conforme liminar no âmbito da ACO 3594 (**R\$ - 475,3 milhões**).

Estimativa do serviço da dívida para Nov/2022:

R\$ 820,00 milhões

Outubro/2022	R\$ Milhões		
	Amortização	Juros e Encargos	Total
Serviço da Dívida	310,47	74,47	384,94
Dívida Adm. STN	0,00	1,00	1,00
BNDES	9,48	7,73	17,21
Caixa Econômica Federal	0,47	0,81	1,28
BIRD	159,23	54,55	213,78
IPSM	0,04	4,91	4,94
INSS e PASEP	16,91	5,48	22,39
Depósitos Judiciais	124,34	0,00	124,34



Despesa realizada – Out/2022:

R\$ 384,94 milhões

Detalhamento:

1. Dívida paga – Competência Outubro/2022 (União, BNDES, CEF, BNB, BIRD, INSS, PASEP e Depósitos Judiciais): R\$ 380,00 milhões;
2. Dívida junto ao IPSM: R\$ 4,94 milhões referente a amortização e juros;

Valores Compensados – Perdas Arrecadatórias do ICMS – Leis Complementares nº 192/2022 e 194/2022

Mês	Perdas arrecadatórias atualizados pelo IPCA (E)
Julho/2022	728.769.120,00
Agosto/2022	810.627.672,00
Setembro/2022	953.805.082,00
TOTAL	2.493.201.874,00

Contrato	Parcela	Valor Compensado
Contrato Lei nº 9.496/97	Agosto/2022	450.104.298,04
Contrato Lei nº 9.496/97	Setembro/2022	453.478.226,89
Refinanciamento Art.23 da LC nº 178/2021	Outubro/2022	173.809.700,29
BB/DMLP	Outubro/2022	17.929.597,39
Contrato Lei nº 9.496/97	Outubro/2022	457.679.278,39
Refinanciamento Art.23 da LC nº 178/2021	Novembro/2022	175.089.113,50
TOTAL		1.728.090.214,50

A entrada em vigor das Leis Complementares nº 192/2022 e nº 194/2022 acarretaram limitações a capacidade de tributação do Estado nas operações de energia elétrica, de serviços de telecomunicação, combustíveis, gás natural e transporte coletivo, o que acarretou perda de arrecadação de ICMS. Nesse sentido, o Estado ajuizou no STF a ACO nº 3594 com pedido de compensação das perdas de arrecadação de ICMS mês a mês nos contratos de dívida junto à União. O relator da ACO concedeu medida cautelar deferindo em parte a tutela de urgência, autorizando a compensação das perdas arrecadatórias que excederem a 5%, calculadas mês a mês, com base no mesmo período do ano anterior e com correção monetária